



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA “STRICTO
SENSU”



DISCIPLINAS DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2018 – PPGH/UFG

1. João Alberto da Costa Pinto e Antón Corbacho Quintela – O intelectual e a política: perspectivas historiográficas e possibilidades de um roteiro teórico-metodológico (segunda-feira, vespertino)

O campo intelectual, os produtores culturais, as instituições e as classes sociais no capitalismo. O ensaio (Adorno) como prática historiográfica. Um recorte temático: o intelectual e a derrota política. Roteiro teórico-metodológico para uma história campo institucional dos intelectuais/produtores culturais: Karl Mannheim, Lucien Goldmann, Russel Jacoby, João Bernardo, Pierre Bourdieu, Itamar Even-Zohar, John B. Thompson e Arnaldo Cortina. Roteiro conceitual: produtores culturais, polissistemas literários, intelectuais; ideologias; instituições; máximo de consciência possível, mercado editorial; estruturas significativas; visões de mundo; campo literário; habitus; totalidade histórica; história intelectual, entre outros. Ensaísmo experimental: o intelectual e a política – possibilidades historiográficas em alguns estudos de caso: 1) Albert Camus (1911-1960/ Argel – Paris), a política libertária do “homem revoltado” e a solidariedade dos exilados do mundo capitalista; 2) Frantz Fanon (1925-1961/ Argel – Túnis), “somos todos negros” ou a revolução africana para além do mundo capitalista; 3) José Velo Mosquera (1916-1972/ Celanova – São Paulo), o exílio ibérico no Brasil e os interesses da CIA; 4) Álvaro de las Casas, (1901-1950/ Ourense – Barcelona), “fazer-se um nome”: estratégias de inserção de um exilado no campo da cultura brasileira; 5) Gilberto Freyre (1900-1987/ Recife – Lisboa), a “utopia” lusotropicalista para “o mundo que o português criou”; 6) Nelson Werneck Sodré (1911-1999 / Rio de Janeiro), a derrota do realismo político do militar-comunista na defesa radical do nacionalismo democrático; 7) José Casais Santaló, (1894-1971/ Santiago de Compostela – Juiz de Fora, MG), a divulgação no exterior, ao serviço do DIP, das representações sobre o Brasil desejadas pelo Estado Novo; 8) A Editora Irmãos Oriente – Taylor Oriente e José Modesto Oriente (1950-1960/ Goiânia), campo editorial privado e poder público no estado de Goiás na segunda metade do séc. XX.

2. Ivan Lima - Temas em história da edição, dos impressos e da leitura na Modernidade (quarta-feira, vespertino)

Nos marcos da história cultural e das práticas letradas, a história editorial consolida-se como campo de estudos privilegiado para o estudo do livro, das impressões e da leitura. Há vasta produção bibliográfica de âmbito internacional, ao ponto de alguns temas clássicos no interior da historiografia – Humanismo, Reforma Protestante, Revolução Francesa, censura em regimes autoritários etc. – serem marcados por obras que tomam o mundo dos impressos como objeto central para a construção de problemas de caráter histórico. Além disso, ao priorizar a análise de todas as etapas concernentes à elaboração, produção e circulação de impressos, a história editorial e dos impressos introduz novas questões a temas como autoria, recepção e ideologias, entre outras, contribuindo ao debate teórico e historiográfico de maneira decisiva. O curso busca abordar alguns temas relacionados a tal universo, conciliando algumas questões de âmbito historiográfico (Unidade I) a um breve panorama da história dos impressos a partir da Época

Moderna (Unidade II). Num terceiro momento, discutir-se-ão a materialidades do livro (Unidade III) e, por fim, uma reflexão sobre as possibilidades de pesquisa em torno dos impressos a partir de alguns estudos de caso (Unidade IV).

3. Ana Teresa Gonçalves Marques e Luciane Omena – Cidades dos Vivos e Cidades dos Mortos no Mediterrâneo Antigo (quinta-feira, vespertino)

O Mediterrâneo Antigo era repleto de cidades. Uma das principais formas de integração do território no Império Romano foi a fundação de novas comunidades ou a transformação das aldeias já existentes em povoamentos romanizados. Cada cidade acabava por construir uma necrópole, pois era fundamental que os corpos e/ou as cinzas dos familiares ficassem próximos dos membros vivos das famílias para que os ritos funerários nunca deixassem de ser conduzidos. Os romanos acreditavam que as almas dos corpos insepultos ou das tumbas abandonadas voltavam ao mundo dos vivos para fazerem mal aos mesmos. As cidades eram os pólos de administração imperial. Cada província tinha uma sede citadina que interligava todas as outras comunidades ao poder romano. Cada província contava com um Governador, escolhido pelo Senado, se fossem províncias pacificadas, ou pelo Imperador, se fossem províncias nas quais existissem exércitos estacionados. Estes Governadores iam para as províncias devidamente acompanhados de Pretores Peregrinos, Questores, entre outros assessores, que os auxiliavam a manter a integração do território imperial. Muitos destes acabavam enterrados nestas paragens. As necrópoles romanas acolhiam tanto túmulos para corpos que eram inumados, quanto columbários para as urnas das cinzas e dos ossos dos corpos que eram cremados. Assim, estudar as cidades dos vivos e dos mortos torna-se fundamental para o conhecimento do Império Romano.

4. Raquel Campos – Literatura e Historicidade (quinta-feira, vespertino)¹

O curso inscreve-se nos debates recentes sobre a relação entre história e literatura, procurando ultrapassar os dois modos preferenciais segundo os quais ela foi considerada. Por um lado, tradicionalmente, os historiadores lançaram mão dos textos literários como fonte histórica, tendo suscitado acusações de negligenciar a especificidade da literatura, sua relativa independência face ao seu contexto de produção. Por outro, a partir do final da década de 1960, a ênfase no caráter textual do conhecimento histórico conduziu à aproximação entre narrativa histórica e narrativa literária, levando os historiadores a defender a relação privilegiada da história com a verdade, por meio de sua dependência aos arquivos. Neste curso, trata-se de discutir a historicidade da literatura enquanto prática social e modo de qualificação dos textos, isto é, o fato de que o conceito moderno de literatura apenas emergiu na segunda metade do século XVIII, em ruptura com um regime retórico-poético de produção, circulação e apropriação dos textos. Definem-se, desse modo, quatro eixos de estruturação da disciplina: 1). A literatura antes da literatura; 2). A concepção moderna de literatura; 3). A função autor; 4). O romance, um gênero literário.

¹ Esta disciplina terá início no dia 23 de agosto de 2018.